



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31/10/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Bom dia. Agradeço a presença de todos.

Declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Esta audiência pública tem por objetivo expor e debater o PL 599/16, do Executivo, que renova a autorização para a concessão administrativa de uso, independentemente de concorrência, à Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, de área municipal situada na Rua Ruggero Fasano, Distrito do Morumbi, nos termos da Lei 14.499, de 14 de setembro de 2007.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Foram convidados para participar dessa reunião o Secretário de Relações Governamentais Milton Flávio, que eu gostaria que fizesse parte da Mesa; o representante da Secretaria Municipal de Justiça, Dr. Orlando Correia, também fizesse parte da Mesa; representantes do Hospital Albert Einstein, a Sra. Junia Gontijo e a arquiteta Adriana Levisky; e o representante da Secretaria de Gestão, Tatiana Robles.

Quero fazer um breve um resumo do projeto do PL 599/2016, que renova autorização para a concessão administrativa de uso, independentemente de concorrência, à Sociedade Beneficente Israelita Albert Einstein.

Em 2007, através da Lei 14.499, houve uma autorização legislativa para tanto alegando a importância da acomodação do sistema viário interno do Hospital, além da requalificação do sistema viário envolto. Como não houve a efetiva formalização do contrato de concessão a autorização expirou em meados de 2010. Carecendo dessa renovação, por isso o projeto volta novamente para a Comissão de Justiça para discussão.

A Prefeitura, através desse PL, visa conceder por 50 anos a área localizada na Rua Ruggero Fasano, no Morumbi, cuja área tem extensão de, aproximadamente, 2.500 metros quadrados para fins de acomodação do viário interno do hospital e requalificação do viário

envolto.

O PL ressalta que nessa área a ser concedida não será permitida nenhuma edificação, exceto de passarelas e túneis não computáveis nos padrões urbanísticos aplicáveis, devendo o Hospital apresentar as respectivas plantas para a Prefeitura.

Já estou com esse projeto desde o início de abril. Em contrapartida a Prefeitura receberá do Einstein uma área a ser doada com extensão de aproximadamente 500 metros quadrados em que seria feito um alargamento viário para promover uma requalificação do melhoramento viário na região, além disso, a concessão de uso será condicionada a conservação e acesso ao público durante o prazo da concessão de uma área verde ajardinada, pertencente ao hospital, com extensão de aproximar 2.400 metros quadrados com acesso único e exclusivo para pedestres pela Avenida Albert Einstein.

Vocês têm interesse ainda do projeto? Na verdade, passaram-se 10 anos.
Requeremos algumas perguntas e não nos responderam.

A SRA. ADRIANA LEVISKY – Bom dia a todos. Sou Adriana Levisky. Sim, Vereadora, o hospital tem interesse na manutenção da vigência do projeto da concessão.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – O que o hospital pretende fazer na área que está sendo concedida pela Prefeitura? Eu avaliei em termos estritamente técnicos com a minha equipe jurídica, de Engenharia, e nós chegamos as seguintes conclusões: que o fechamento da Rua Ruggero Fasano causaria alguns transtornos no trânsito local tendo em vista que a Rua Monsenhor Henrique de Magalhães passa a ser a única opção de ligação entre a Rua Albert Einstein para Avenida Padre Lebrez aumentando ainda mais a distância do retorno e trazendo prejuízo à acessibilidade dos usuários no local.

Além do trânsito local de entrada do hospital com o embarque, desembarque, carga e descarga, a Rua Ruggero Fasano também serve como fluxo de passagem e acesso ao bairro Jardim Leonor interrompendo assim o fluxo viário no caso do de fechamento.

Além disso, o alargamento da Rua Monsenhor Henrique de Magalhães, como

contrapartida tem como interferência vários indivíduos arbóreos e o SPU da Eletropaulo que dificultaria a ampliação da via, além do que o fluxo de veículos nessa rua é baixo e não justificaria uma ampliação do viário. Assim, do ponto de vista técnico, a concessão da área só seria interessante se não fosse prejudicada a circulação de veículos, desde que não seja executada o fechamento junto à Avenida Albert Einstein, de modo que a contrapartida sugerida não é necessária para a circulação viária, tendo em vista que mesmo que a Rua Monsenhor de Magalhães tenha sua capacidade aumentada, a circulação naquela região estaria prejudicada. A área a ser concedida por 50 anos tem como metragem 2.500 metros quadrados, aproximadamente, e a Prefeitura receberá como doação uma área de 500 metros quadrados que como vimos não terá utilidade fática nenhuma. Além disso, a área a ser preservada para acesso público não perfaz por si só uma contrapartida a nível da concessão que estamos falando.

Por isso eu gostaria de propor que além das contrapartidas ofertadas, nós tivéssemos alguma contrapartida que beneficiasse a Prefeitura a nível de atendimento SUS, que o hospital pudesse avaliar essa possibilidade e nos fornecer algo de concreto.

Eu também gostaria de convidar para compor a Mesa a o Sr. Wladimir Gabriel Jr., representante da CET.

Eu gostaria, inclusive, que você pudesse apagar as luzes para termos maior visibilidade nas fotos que estão sendo apresentadas.

- Exibição de fotos em tela de projeção.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – A Adriana vai expor as fotos.

A SRA. ADRIANA – Bom dia a todos. Essa é a área que a Vereadora falou, que está sendo oferecida em concessão, que é a Avenida Rogério Fasano, ela vai ser concedida por 50 anos. Essa área é uma área verde. Essas fotos vieram todas ao processo original, então são fotos anexadas ao processo. Essa é a área verde que vai ser mantida pela Prefeitura e vai ser aberta para os pedestres.

Essa é a rua que eles pretendem fazer como alargamento viário.

Eles querem alargar, oferecer como contrapartida para a Prefeitura.

Essa também é a rua. Essa também.

Nós estamos falando dessa área de concessão. Pode perceber que elas têm algumas passarelas por cima e ela tem a metragem aproximada de 2.500 metros quadrados.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Na verdade eu até conto a vocês que eu reparei porque fui fazer algumas visitas nesta semana no Einstein e reparei onde foi. Fui de táxi e aí perguntei ao taxista e ele falou: “Como eu vou deixar os passageiros, inclusive aos que vão ao hospital? Nós vamos começar a passar no meio dos bairros”. Por isso que tem o pessoal da CET, que eu gostaria que se manifestasse. Isso, casualmente, eu fui fazer uma visita e perguntei ao taxista se essa rua faria falta. Isso é uma coisa... Aí que eu comecei a perceber e ele falou: “Mas aí nós vamos ter que andar dentro do bairro, no Morumbi. Nós vamos fazer outros trajetos, se não vai ficar muito impactante o trânsito”.

A SRA. ADRIANA – Ele vai tentar passar na horizontal o filminho só para ter uma ideia, porque não é muito longo.

- Exibição de audiovisual.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Para quem conhece o Einstein a avenida que eu estou falando é aquela que tem a interligação de um prédio ao outro, eles querem a concessão dessa avenida, que quando você entra para as áreas do hospital.

A SRA. – Bom, eu acho que talvez seja importante relatar o histórico todo desse processo no contexto e que isso ocorreu no passado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – São dez anos? É muito tempo.

A SRA. – É muito tempo. A gente sente a morosidade do processo nesse tempo decorrido. Na verdade ocorreu da seguinte maneira: foram protocolados junto ao Poder Executivo dois processos administrativos. Um processo em 2005, que era um processo denominado desafetação, que está em curso, que foi o que motivou e se desdobrou na

aprovação da então Lei 14.499, em 2007, que é esta lei que hoje está em análise para ser reeditada através do PL 599. Esse processo justamente requeria a permissão, a concessão de uso para a rua. É uma rua de um quarteirão somente, onde era o Fasano, ela não é uma avenida, ela é uma rua de trânsito local e cujas testadas, cujos confrontantes são exclusivamente o Hospital Albert Einstein. Na época, para se possibilitar ou avaliar a possibilidade de aprovação do que hoje está construído, conforme as fotos e imagens demonstradas, que é o complexo como um todo ocupando duas quadras que se interligam pelas passarelas, a lei de Zoneamento, à época, a 13.885, de 2004, tinha uma série de orientações e regramentos que geravam influência na zona de uso através da classificação de via. Por ser uma via local, aquele hospital que já existia implantado passava a ter restrições por conta dessa classificação, a partir desse zoneamento. Entendeu-se então que uma possibilidade, na medida em que as duas quadras tinham as testadas por um ocupante único, com uma atividade única, com uma necessidade do ponto de vista operacional e de segurança pertinente, justificável através das passarelas, tanto para segurança de pedestres, dos pacientes, e não impactar numa dinâmica da vida pública entendia-se salutar a proposta de conexão desses dois quarteirões, desses dois blocos.

Para que isso ocorresse, à época, o entendimento jurídico dado pela Prefeitura a partir desse processo aberto em 2005 foi de gerar um processo, primeiro analisar a viabilidade de se gerar um processo de concessão; ele percorreu um rito extremamente intenso em diversas secretarias; isso foi protocolado em Sempla, à época, onde estava dotada a DGPI; de lá percorreu a Secretaria de Sehab, à época, não era Licenciamento; o próprio Planejamento para ser analisado o ponto de vista urbanístico, a intervenção; a Secretaria de Transportes para avaliar e receber orientações e diretrizes do ponto de vista viário; a Seurb, à época, para avaliar as questões de infraestrutura com relação à canalização, calçadas etc.; a Subprefeitura do Butantã; e aí a Secretaria de Governo.

Esse processo é bastante longo, encorpado, com muitas manifestações. O término

desse processo técnico, durante o processo no Executivo, foi a orientação e encaminhamento com as diretrizes de contrapartidas, que acabaram por gerar, então, através da Secretaria de Governo, a proposta de um projeto de lei concessão precária por 50 anos, com a contrapartida de doação da Ruggero Fasano.

Então, por que, primeiro, assim o CET fez uma análise bastante criteriosa, entendendo que, na medida os dois confrontantes da rua Ruggero Fasano eram o próprio hospital, e que a quadra da direita – que tem a Monsenhor Henrique de Magalhães como outra testada – é uma quadra estreita, que tem uma testada com menos de 50 metros, que não haveria impacto do ponto de vista dos fluxos de automóveis se transferir o alto fluxo de automóveis para essa paralela, a Monsenhor Henrique de Magalhães.

A sugestão que a própria Secretaria, à época, ofereceu foi de, justamente, propiciar o alargamento para que se pudesse ter faixas de estacionamento, faixas de rolamento com pistas com os dois sentidos de direção, de entrada e saída do bairro; e que isso geraria uma condição de acomodação do tráfego dentro daquilo que já se colocava como demanda necessária, sabendo que grande parte desse fluxo estaria dedicado especificamente ao próprio uso do hospital.

Do ponto de vista do Zoneamento é importante esclarecer que essa concessão fazia, do ponto de vista da Lei 13.885, que houvesse um entendimento que o acesso do hospital passaria a ser não pela Ruggero Fasano, uma vez concedida, mas sim pela Padre Lebret, que é uma via coletora, classificação essa que o Zoneamento permite a instalação e ampliação do hospital. Então esse foi o entendimento e o encaminhamento, avaliando não o prejuízo público, do ponto de vista do uso dessa via de pouca extensão, e uso praticamente restrito, de se haver essa exigência de contrapartida para o alargamento da via e as adequações necessárias para que o tráfego ficasse acomodado nesse sentido.

Paralelamente a esse processo que seguiu esse rito longo, foi protocolado em 2006, o processo de aprovação do projeto, de reforma com ampliação de área desse projeto

que hoje está aí, que acabou, portanto, da morosidade do processo todo de fechamento da aprovação, por se apoiar no Código de Obras para se dar início aos trabalhos de execução das obras, por conta da não emissão do Alvará de Execução.

Esse alvará – é importante dizer aos senhores – já passou por todas as instâncias dentro da Administração, isso significa ter tido todas as análises dentro da atual SMU; ele tem já despacho de estar tecnicamente em ordem para aprovação, portanto, significa que ele tem RIV aprovado, CET aprovado, inclusive com TRAD expedido, DEPAV, são essas as três Secretarias. E, hoje, aguarda o fechamento desse processo de 2005 que está atrelado à lei anteriormente a 2007, portanto, agora, a aprovação desse PL 599, que é o projeto que garante a permanência do acesso pela via coletora e não pela via local. Então existe uma justificativa dentro desse processo aí, que tem mais de dez anos, embasado na base legal de aprovação desse complexo.

_____ Acho que, com isso, imagino ter conseguido esclarecer para os senhores todo um processo administrativo que orientou nos termos da legislação vigente à época e com base em todas as avaliações técnicas pertinentes, sobretudo de CET, para que se chegasse no texto que se chegou.

Dentro do processo de 2005, que é esse de desafetação, ele também teve um rito que percorreu um processo que chegou em estágio bastante avançado. Eu até trouxe, se houver interesse.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ - Não. Não houve o desfecho.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Não houve essa desafetação.

A SRA. _____ - Veja: as plantas foram inclusive produzidas pela SEMPLA, representando, acompanhando a Lei de 2007. Esse processo só não foi assinado por motivações internas do rito administrativo. Esse processo, se for verificar, ele não ficou o tempo inteiro alojado na Secretaria de Planejamento. Ele caminhou por várias secretarias,

porque havia pedido de vistas, de esclarecimento etc.

Então, nesse processo, mudou-se a gestão, com a mudança de gestão, houve uma dificuldade muito grande de conclusão de processo. Então, assim, essas plantas, elas representam exatamente aquilo que seria a base da minuta da escritura de doação para se finalizar o processo, o rito implementado pela lei de 2007.

Curiosamente, apesar de, no processo de 2005, uma série de despachos terem ocorrido após 2010 – do próprio DGPI -, solicitando informações, trabalhando conosco para que a coisa avançasse, num determinado estágio de análise em DGPI houve, então, o entendimento pela caducidade da lei por conta da determinação da Lei Orgânica. Então nesses termos, motivado por uma morosidade administrativa para aprovação o projeto, entendeu-se que as justificativas todas estavam postas e que se necessitaria da base jurídica pertinente para poder dar fim ao processo. Então o que percorreu a partir de 2015, se não me engano, foi a percepção de que havia então essa caducidade, não era do conhecimento do interessado que havia essa caducidade, ou o interessado estava o tempo inteiro, isso é fácil de constatar na documentação do processo administrativo de desafetação a interlocução ativa do hospital junto ao município que, então, por alguma motivação e por uma falta de percepção o processo ficou alargado dessa forma.

Eu acho que com isso eu acredito ter podido esclarecer a motivação da redação desse projeto de lei e o respaldo existente no âmbito do Executivo.

Somente complementando, com relação às questões de interesse público, Vereadora, é importante pontuar que a Sociedade Beneficente Albert Einstein é uma sociedade enquadrada como de conhecido interesse público e oferece uma série de atendimentos no sistema SUS como, por exemplo, através do Hospital M'Boi Mirim, Hospital Vila Santa Catarina e aproximadamente mais 22 UBSs. Então isso faz parte da política da instituição esse trabalho e essa boa relação com a administração pública. Então está dentro do...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Esse do M'Boi Mirim é uma OS, então

não é uma coisa filantrópica. E eu também estou revendo todos os hospitais filantrópicos da cidade de São Paulo, porque, na verdade ,eu sei que vocês fazem cirurgias pelo SUS, eu sei de tudo isso, não só vocês como Sírio-Libanês e outros grandes hospitais, só que além da parte, além do que vocês recebem, esses hospitais, do Governo Federal na questão da educação. Estou revendo isso, estou levantando tudo isso e é uma quantia... Eu fiz requerimento, não obtive resposta nessa outra questão.

Então eu gostaria, para a gente não misturar filantropias, eu gostaria que o CET pudesse se manifestar, o Wladimir Gabriel Jr.

O SR. WLADIMIR GABRIEL JR. – Bom dia, Vereadora, bom dia a todos da mesa. Eu acredito que em função do prazo que decorreu, do estudo feito anteriormente pela CET, nós nos prontificaremos a fazer um novo estudo para validar a situação atual da Rogério Fasano.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Então vocês não têm. Porque eu sei que tem um parecer antigo que eu não tenho os dados, a minha equipe foi no local e fica muito em dúvida se isso realmente pode ser feito. E se for feito, eu vou questionar de novo a doutora, é muito pouco a contrapartida para um terreno de 500 metros quadrados para a Prefeitura, que não vai avaliar em nada o que foi avaliado pela minha equipe, que eu tenho engenheiros e advogados E isso não vai para nós e para a população da cidade de São Paulo praticamente não vale quase nada. Então, por isso, a primeira pergunta que eu fiz a vocês era se vocês ainda tinham interesse que esse projeto continuasse. Então, por esse motivo que está essa audiência pública. Agora me vem o CET, que vai fazer uma nova avaliação, então, eu vou perguntar aqui agora para o... se o representante o Secretário Milton tem alguma tem alguma consideração para ser feita nesse sentido.

O SR. SECRETÁRIO – Primeiro Vereadora eu queria agradecer a oportunidade de estar de volta aqui na Câmara, cumprimentar os representantes do Hospital Albert Einstein, que os médicos reconhecem a excelência, a qualidade e os bons serviços prestados, não apenas a medicina privada, mas também para a área do SUS para a área da formação

profissional, os nossos companheiros de Governo. Sandra, qual é a nossa leitura, eu ainda hoje de manhã, conversei com a Procuradoria do Município. A autorização que está sendo estabelecida é, na verdade, ela foi analisada por nós do ponto de vista jurídico e do ponto de vista jurídico, da legalidade, não há nenhum impedimento legal para que essa desafetação seja feita, ou que eventualmente esse processo seja concluído. As contrapartidas, na verdade, e o Município está sendo autorizado a fazer. O nosso entendimento do ponto de vista legal e do ponto de vista jurídico é de que isso não impede que o Município, ao efetivamente autorizado que será eventualmente pela Câmara Municipal, que estabeleça outras ou adicionais exigências, contrapartidas.

A nossa preocupação e a preocupação do Município ao respaldar ou a manter esse processo que foi encaminhado pelo Prefeito anterior é de que isso é o mínimo, a parte básica sem a qual nenhuma outra negociação poderá ser feita. A nossa única preocupação é no sentido de que ao se estabelecer e se se estabelecer a Câmara Municipal novas exigências ou exigências adicionais. Claro que depois de atualizados os estudos que precisam ser feitos pelo tempo que decorreu entre a primeira proposta e agora aquela que será efetivamente analisada e que a gente não coloque eventualmente exigências que possam dificultar o seu cumprimento futuro.

A Sandra é médica como eu e sabe que dependendo do tipo de exigência a ser colocada ela pode ter caducidade não do ponto de vista do tempo mais da modernidade e das alternativas que a própria tecnologia e a engenharia médica possam nos oferecer. Então é nesse sentido a Prefeitura tem clareza seguramente a Vereadora será ouvida e, se aprovado esse projeto, no momento da oportunidade de que esse processo se conclua é importante que isso aconteça e, sobretudo, levando em conta que são 50 anos. É um tempo bastante longo e a gente só pede isso que a gente possa manter as boas relações que temos com o Einstein, parceiro nosso em muitas oportunidades e louvar a preocupação da Vereadora que é permanente. Como ela disse não é só em relação ao Einstein, a Vereadora tem o meu

respeito, não apenas como Vereadora, mas como médica por que sempre busca trazer ganhos adicionais à população de São Paulo, sobretudo, a população mais carente.

Nós vivemos dificuldades concretas e em muitos momentos tivemos e temos que buscar parcerias da iniciativa privada. Recentemente vocês foram nossos parceiros, por exemplo, no corujão da Saúde, mas que a presença de vocês foi importante mais onera de alguma maneira o erário público e as verbas da própria Secretaria da Saúde. Eu sei que uma das preocupações da nossa Vereadora é essa: se eventualmente parte desses serviços e outros adicionais que possam ser oferecidos no futuro, não possam estar eventualmente contemplados neste tipo de atividade ou nessa troca, ou nessa compensação que o Einstein fará.

Como representante do Governo, tudo que vier para nós é muito benéfico, sobretudo, se puder ajudar a população, mas de qualquer maneira só reitero que independentemente da discussão futura que será feita pelo Prefeito, no momento de sacramentar desde que aprovada essa autorização e respeitada a opinião e o parecer técnico da Secretaria de Mobilidade, CET, nós achamos que o processo tem finalidade, tem fundamento e, de forma geral, atende aos interesses da Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Gostaria de perguntar se alguém de vocês gostaria de se manifestar em algum questionamento? Alguma pergunta? Vocês querem falar alguma coisa? Você é o representante da Justiça, né?

O SR. _____ – Inicialmente muito bom dia a todos, gostaria de agradecer a ilustre Vereadora Sandra Tadeu pela iniciativa e Presidência dessa sessão e também deixar aqui um fraternal abraço do Secretário de Justiça Anderson Pomini, que por conta da agenda bastante atribulada não pode comparecer a esse debate e contribuir e aprender com todos; também estendo os cumprimentos aos representantes do Hospital Albert Einstein a Doutora Adriana; Doutora Júnia; do meu lado aqui também um fraternal abraço sempre ao secretário Milton; Dra. Tatiana, da Procuradoria; o ilustre representante da CET;

todo o público presente e também aqueles que nos acompanham pelo sistema virtual e pela TV.

Bem é um tema que já foi muito bem traçado o seu histórico pela Vereadora, também através da apresentação da Doutora Adriana, do Albert Einstein, é um tema que já foi autorizado em 2007, através de um projeto de lei, e por conta de questões administrativas foi perdido o prazo de 3 anos e agora houve a retomada do tema.

Nós sabemos que é uma instituição que realmente, como o Doutor Milton disse aqui, traz inúmeras contribuições a sociedade Paulistana, ao Brasil. Existem algumas parcerias já em curso com essa instituição e com a municipalidade e nós temos esse olhar também em relação a esse novo modelo adotado pela gestão, pelo Prefeito João Dória, de buscar sempre parcerias de buscar sempre novas modalidades de administração, trazendo a iniciativa privada para dentro da Administração Pública naquilo que for possível que eles contribuíssem.

No nosso escopo de atuação que é a Secretaria de Justiça nós podemos verificar um olhar em três sentidos: o primeiro é o foco jurídico, verificando o quanto à legalidade desse projeto. Estamos evidentemente na Casa das Leis e, principalmente, nesse momento, na Casa da Justiça, na CCJ da Câmara, que evidentemente fará a sua motivação, o seu parecer o seu encaminhamento dentro daquilo que a gente sempre acompanha, que é de altíssimo nível a atuação da CCJ da Câmara. O segundo viés é em relação à afetação, nobre Vereadora, do sistema viário, que aí o representante da CET trouxe os esclarecimentos dizendo que serão feitos novos estudos acrescidos ao pedido e a todo o procedimento que está em curso e o terceiro ponto é em relação ao que o Dr. Milton muito bem a que acentuou, que é quanto às contrapartidas, que aí é o foco específico que a gente pode abordar lá na estância do Executivo.

Evidente que isso será avaliado no futuro próximo, no segundo momento. Claro que vai fazer parte do projeto, vai estar tudo envolvido no processo que está estabelecido aqui, e aí será avaliado o volume, o grau de aceitação, se está incipiente. Sempre nós queremos

mais o Prefeito diz “pede tudo” para a gente conseguir um bom retorno. O “sim” nós vamos ter sem dúvida, né Doutora Adriana. Vamos acrescentar aquilo que for melhor para toda a sociedade, não só para quem ali naquela região trafega, circula, mais para a sociedade paulistana sempre privilegiando o bem de todos, é esse o fundamento dessa administração sempre ampliar as ações para trazer ganhos para a sociedade.

De tal forma que a Secretaria de Justiça nos colocamos aqui à disposição para contribuir. E, mais uma vez, agradecemos ao convite e cumprimentamos a todos devolvendo a palavra à nobre vereadora. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) –Eu passo a palavra agora para a representante da Secretaria de Gestão, a Sra. Tatiana Rubles.

A SRA. TATIANA RUBLES – Vereadora, agradeço o convite. Eu vim representando o Secretário Paulo Uebel, que também por compromisso de agenda, não pode estar aqui, apesar de ser representante da Secretaria de Gestão, eu sou Procuradora do Município, atualmente coordenadora da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio, que é o antigo DGPI e agora, com a reestruturação da Secretaria de Gestão, a gente fica mudando de nome e agora somos CGPatri e não mais DGPI. A minha posição aqui é técnica e tecnicamente de fato não tenho nada a acrescentar ao que já foi dito. De fato esse projeto de lei é apenas para renovar a autorização que já havia sido concedida. Eu conversei hoje com a Procuradoria do Município, o processo passou por eles em 2015, apenas para discutir essa questão da caducidade porque, de acordo com o artigo 114, parágrafo 10, da Lei Orgânica a gente tem três anos para assinar a concessão, desde a autorização. Esses três anos passaram como acontece, às vezes, com outros contratos de concessão.

E aí a PGM reafirmou a necessidade de um novo projeto de lei, da parte da Secretaria de Gestão, eu realmente não tenho nada a acrescentar o processo está em termos. Todos os órgãos foram ouvidos agora, uma nova oitiva da CET, é exatamente isso.

A questão das contrapartidas eu deixo para as autoridades superiores discutirem.

Mas é óbvio que juridicamente é possível, depois da autorização, depois incluir novas contrapartidas, na escritura, mas trata-se de uma nova autorização e é basicamente isso. Agradeço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Teve um inscrito que eu gostaria que viesse ao microfone é o senhor Ciro Clivelato.

O SR. CIRO CLIVELATO – Eu estive lá na área recentemente e a situação do trânsito em relação a 2005 alterou significativamente, até pelo crescimento do Hospital que era há 12 anos e o que é hoje, pela expansão física que teve o Hospital, então eu acho que do jeito que está esse projeto, do ponto de vista viário, vai trazer sérias consequências para o trânsito da região. A senhora falou em fazer o acesso pela Padre Lebrez, o que é praticamente impossível, pararia todo o trânsito de passagem de quem vem da Avenida Giovanni Gronchi para o Estádio do Morumbi. Então essa entrada hoje... vocês têm uma planta só para eu lembrar das áreas? Hoje as pessoas que vão deixar um paciente ou que vão pegar alguém, elas entram provavelmente pela Monsenhor, faz esse caminho, e sai exatamente pela Ruggero. Então tem um binário ali, uma entrada e uma saída que, com o fechamento dessa rua, eu não sei como isso vai se dar. Eu não sei se vocês pensaram nisso no projeto porque quem entra aqui sai praticamente lá no Palácio do Governo, ou então fazer um retorno, que é inviável. Então, do ponto de vista viário, acho que a CET vai ter que pensar, talvez em fazer um retorno, criar alguma coisa aí que possibilite essa saída.

Do ponto de vista desse alargamento, na verdade, já existe essa área que vocês estariam doando para a Prefeitura. Ela, na verdade, é uma passagem, um caminho que passam os pedestres, hoje. Então tirar esse caminho para alargar a rua do ponto de vista não seria viável hoje. Esse aspecto do trânsito, talvez lá em 2005, fosse totalmente viável, mas com o crescimento do Hospital, eu acho que precisa alguma alteração, alguma melhoria nesse projeto. Com a nova legislação hoje não existe mais via coletora, como não tinha na direção anterior.

A SRA. _____ – Não tem condições, pela nova. São outros índices urbanísticos se não a gente já tinha abandonado tudo isso com certeza, infelizmente não dá, mas só esclarecendo essas questões de fruição tanto do automóvel, quanto do pedestre, a propositura de não haver a interligação entre o Albert Einstein e a Ruggero Fasano foi justamente no sentido de preservar o tráfego local, ou seja, da vizinhança residencial, e na medida em que os carros vêm pela Padre Lebrez, subindo ou descendo, ao invés de entrarem na Monsenhor Henrique Magalhães para ir ao Hospital, elas vão entrar 50 metros depois na Ruggiero Fasano para ir ao Hospital e não vai impactar mais com o volume de carros o tráfego da Albert Einstein. Foi justamente uma medida mitigatória para minimizar conflitos com a vizinhança.

Agora para o morador, para aquele que está de passagem ele continua fazendo a passagem pela Monsenhor e indo pela Albert Einstein como provavelmente seria o seu destino. Agora para o uso do hospital, justamente é uma solução de impedimento para não impactar no tráfego local. Esse foi o entendimento da CET e que nos parece aqui, do ponto de vista técnico, bastante acertado. Com relação ao alargamento que o senhor mencionou na Monsenhor, ele não é já um espaço doado a Prefeitura infelizmente por uma morosidade do processo administrativo porque obviamente a própria construção do Hospital já dedicou a área que está preservada, reservada, por conta da legislação, dessa desafetação para ser doada para que dessem atenção à mobilidade. Não vem ao caso aqui dizer se essa mobilidade é viária ou é peatonal, mas é para o uso público.

Então, de fato, o Hospital já concedeu ao uso público essa área como o senhor vende-se apesar de isso ainda não ter sido concluído, infelizmente, apesar das tentativas inúmeras do interessado para que esse processo se concluísse, mas o usufruto já ocorre, de fato, os pedestres já usufruem desse alargamento, que é benéfico para a Cidade e, em especial, numa área como essa do Butantã, onde as calçadas necessitam ser alargadas como na Cidade como um todo, mas esse ganho já foi efetivado para o interesse público.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Quer falar de novo, Ciro? Faz uma consideração final para a gente encerrar.

O SR. CIRO CLIVELATO – Eu conheço até o parecer inicial da CET e exatamente nesse sentido só que hoje o volume de carros que chegam ao local teria que alterar alguma coisa na Padre Lebrecht para adequar o volume que vai chegar no Hospital. Só isso. Entendo essa posição não nesse sentido, mas precisaria uma melhoria nesse acesso para acomodar o número de veículos que chegam ao local.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Então eu vou fazer dois encaminhamentos aqui. Primeiro, para CET, um pedido da nova avaliação técnica. Eu gostaria... a normativa é um prazo de 30 dias, mas se você pudesse fazer isso o mais rápido possível, a gente gostaria até de tocar isso pra frente, porque eu, quando pego uma coisa, gosto de ir até o fim e resolver. Se eu tivesse visto isso, acho que já teria resolvido. E que o Hospital também estude mais alguma contrapartida, caso a concessão realmente se realize. É muito pouco esses 500 metros pelo que a gente está oferecendo. Eu falo em nome dos paulistanos, não a Doutora Sandra Tadeu. Acho que a gente hoje precisa, como ele disse aqui, de muita coisa. O Município é grande demais, as dificuldades são grandes demais e eu sou uma pessoa que sou muito contestadora nas questões de desafetação de áreas. Inclusive até a Copa eu fui contra, votei contra, falava mal. Durante um ano fiquei batendo aqui contra esse ISS, contra não pagar isso e aquilo, que nada de benefício ia trazer para a população e eu acertei. Eu fui criticada, mas até o padre vem hoje e fala “você tinha razão”.

Então eu gostaria que vocês também estudassem mais alguma contrapartida porque esses 500 metros aproximadamente é muito pouco pelo que a Prefeitura está oferecendo pelo Albert Einstein. Vocês me desculpem, mas essa é uma opinião minha, meus técnicos foram avaliar, eu tenho saído de lá, desde o último sábado, de madrugada, na noite de sábado. Eu tenho ido constantemente ao Einstein nesses últimos dias, por coincidência calhou a audiência. Então, eu gostaria que vocês pudessem trazer uma nova contraproposta para nós,

outra contrapartida.

Eu também anuncio a presença do Vereador Gilberto Nascimento. Obrigado pela presença. Eu gostaria que você encaminhasse se há essa possibilidade, o mais rápido possível, para que a gente insira esse processo, porque todo o processo começa pela Comissão de Justiça e eu já queria que isso já se encerrasse nesse final de ano e que a gente já pudesse colocar em votação ou rejeitá-lo já, na própria Comissão de Justiça, se não for seguir em frente.

Gilberto, você chegou agora você gostaria de falar? Então nada mais havendo a tratar declaro encerrada essa audiência pública e muito obrigada pela presença de todos.